

2009/06/08

AS RELAÇÕES INTERNACIONAIS NO ENSINO SUPERIOR MILITAR

João Vieira Borges[1]

No passado dia 5 de Junho de 2009, teve lugar na Universidade do Minho (Braga) um workshop subordinado ao tema “O Estado da Arte das Relações Internacionais em Portugal”, organizado pela Secção de Relações Internacionais da Associação Portuguesa de Ciência Política (ver em <http://www.apcp.pt/>).



Fui então convidado a participar, no sentido de dar contributos sobre o Estado da Arte das Relações Internacionais no Ensino Superior Militar e em particular nos Estabelecimentos de Ensino Superior Público Universitário Militar (EESPUM), tendo respeitado a metodologia ao responder às cinco questões que me colocaram previamente. O texto que junto de seguida constitui a base da minha intervenção, que se seguiu a outras bastantes interessantes realizadas pelos seguintes professores: Prof. Doutora Cristina Sarmento; Prof. Doutor Luís Moita; Prof. Doutor José Manuel Pureza; Prof. Doutora Laura Pereira (Presidente da Comissão de RI); Prof. Doutora Raquel Vaz-Pinto. Foram ainda moderadores (bastante activos) o Prof. Doutor Andres Malamud e a Prof. Doutora Maria Raquel Freire, que no conjunto dos dois painéis deram contributos significativos para o ponto da situação das RI (enquanto disciplina) em Portugal (para mais pormenores ver: Laura Pereira e Maria Raquel Freire, *International Relations in Portugal: The State of the Field and beyond*, Global Society, Vol. 23, Nº 1, January, 2009, pp. 79-96).

Questões:

1) Quais foram os pontos de viragem ocorridos no quadro do Ensino Superior Militar em Relações Internacionais (RI) em Portugal?

Ao abrigo do Decreto-Lei 37/2008 “o ensino superior público militar (ESPM) está inserido no sistema de ensino superior público, ainda que adaptado em exclusivo á satisfação das necessidades das Forças Armadas e dos respectivos ramos, assim como da Guarda Nacional Republicana” e os diferentes estabelecimentos “estão abrangidos pelo sistema geral de avaliação e acreditação do ensino superior”. De acordo com o mesmo DL, o Ensino Superior Público Universitário Militar (EESPUM) inclui a Escola Naval (EN), a Academia Militar (AM), a Academia da Força Aérea (AFA) e o Instituto de Estudos Superiores Militares (IESM). A Escola de Serviço de Saúde Militar faz parte do Ensino Superior Público Politécnico Militar e não inclui disciplinas nas áreas das RI, pelo que não será alvo de qualquer abordagem neste workshop.

A primeira cadeira de “Relações Internacionais” foi ministrada pela primeira vez na Academia Militar, durante o ano lectivo de 1997/98, aos alunos do 2º ano. Esta opção foi decorrente da participação crescente das Forças Armadas Portuguesas em Operações de Paz nos anos noventa e de uma maior actividade no âmbito das diferentes organizações internacionais e veio colmatar uma lacuna criada pelo “desaparecimento” da cadeira de “Direito Internacional Público” e sentida especialmente na cadeira de “Elementos de Estratégia”, aquando da caracterização do Sistema Político Internacional.

Um segundo ponto de viragem está associado ao 9de Setembro de 2001, altura em que foram dadas orientações explícitas aos EESPUM (através dos Estados Maiores dos Ramos e GNR) no sentido de se reforçarem as temáticas relacionadas com as RI, e com a luta antiterrorista no âmbito das diferentes cadeiras do Departamento de Ciências e Tecnologias Militares. Em todos os EESPUM reforçaram-se então as conferências sobre temas de RI, baseados em estudos de casos ou em lições aprendidas, como modo de colmatar as lacunas existentes nos programas dos diferentes cursos.

O terceiro ponto de viragem diz respeito ao processo de Bolonha, que em função das sucessivas imposições levaria a decisões com implicações nas RI e de que adiante desenvolveremos.

1a) Qual o balanço possível sobre o impacto da implementação do processo de Bolonha nos EESPUM?

Na sequência do processo de Bolonha, realizou-se uma profunda reforma do ESPM, materializada no Decreto-Lei nº 37/2008, que adopta e aplica os princípios constantes no Decreto-Lei nº 74/2006

(novo regime jurídico dos graus e diplomas do Ensino Superior) ao ensino superior público militar (entretanto, foi criado o IESM e extinto o IAEM pelo Decreto-Lei nº 161/2005). Os EESPUM (EN, AM e AFA) passaram a conferir os graus académicos de mestre (dois ciclos em 5 anos, cujo pedido de registo de adequação ainda se encontram na DGES) aos seus alunos (cadetes) dos diferentes cursos. Por outro lado, a AM criou mestrados no âmbito da História Militar e das RI (abertos ao público em geral e ao abrigo do artº 21 do DL 37/2008), em associação com outras instituições universitárias (caso das Universidade dos Açores e do ISCTE, e por iniciativa do Prof. Doutor António Telo).

O problema estrutural de equilibrar a formação científica de base com a formação técnico-militar e a formação militar (comportamental e de preparação física e adestramento militar) dos futuros oficiais, a par de uma matriz de formação baseada nas ciências exactas e da necessidade de respeitar tempos escolares para a dissertação, levou a reduções sucessivas em algumas matérias, com as consequentes dificuldades no tão necessário reforço das Ciências Sociais e Humanas em geral e das RI em particular. A situação actual das Relações Internacionais é a seguinte:

Academia Militar:

- Dispõe de uma cadeira de RI desde 1977, que com Bolonha passou para 4 horas por semana (3º ano GNR Armas e 4º ano Exército Armas) e 5 ECTS.
- Criou em 2006/2007, em associação com o ISCTE, o Mestrado (2º ciclo de estudos com 120 ECTS em 4 semestres) em História, Defesa e Relações Internacionais (vai para a 3ª edição em 2009/2010), com coordenação científica do Prof. Doutor Luís Nuno Rodrigues (ISCTE) e do Prof. Doutor António José Telo (Academia Militar).
- Criou em 2008/2009, em associação com o ISCTE, o Doutoramento (3º ciclo de estudos com 180 ECTS, incluindo a dissertação e defesa) em História, Defesa e Relações Internacionais, com os mesmos coordenadores do mestrado[2].

Escola Naval:

A cadeira de RI, criada em 1999, terminou em 2005 com o reajustamento curricular decorrente do processo de Bolonha. Actualmente, apenas os alunos do 5º ano (Mestrado em Ciências Militares, especialidade Marinha...) têm um seminário sobre “Estratégia e Relações Internacionais”, com a duração de 5 dias úteis (30 Horas e 1 ECTS). Estas matérias são asseguradas pelo Contra-Almirante Silva Ribeiro, Mestre e Doutor em Estratégia, com o apoio do CTEN Ferreira da Silva, mestrando em estratégia no ISCSP.

Academia da Força Aérea:

A cadeira de “Introdução às Relações Internacionais” faz parte do Mestrado em Aeronáutica Militar, na especialidade de Piloto Aviador, de Administração Aeronáutica e das Engenharias (área das CMIL, 3º ano e com 1,5 ECTS), desde 2005. Tem como Professor o Major Infante, mestre em RI. No 4º ano e nas cadeiras opcionais dos Pilotos Aviadores, estes podem optar por Relações Internacionais I (1º semestre) e Relações Internacionais II (2º semestre), ambas com 4,5 ECTS. No 5º ano, a dissertação de mestrado pode inclusivamente ser nesta área.

Instituto de Estudos Superiores Militares:

- No Curso de Promoção a Oficial General (CPOG), existe um leque muito variado de conferências, com a presença de embaixadores, oficiais gerais, juizes e académicos. Os alunos ficam com uma percepção mais realista do que teórica das Relações Internacionais, tendo como epicentro Portugal e as Organizações Internacionais.
- No novo Curso de Estado-Maior Conjunto, as RI estão incluídas na Estratégia e são ministradas pela Universidade Autónoma de Lisboa e pelos Professores do IESM. Neste Curso, a 1ª Parte dos fundamentos conceptuais inclui 333 tempos escolares, dos quais 165 da Estratégia, 6 das Operações, 128 da Administração, 12 da Dissertação e 22 de Outras actividades. A área científica de ensino da Estratégia engloba as seguintes matérias: Direito Internacional Público; Evolução do Pensamento Estratégico; Regimes e Sistemas Políticos; Modelos de Análise em Relações Internacionais; Guerra e Paz nas Relações Internacionais; Economia, Recursos e Conflitualidade Internacional, Seminário Estudos da Paz; Geopolítica; História Militar. Entre os professores destas matérias constam o Professor Doutor Luís Moita, o Mestre Luís Tomé e a Professora Doutora Francisca Saraiva. A 2ª parte do curso, relativa ao Planeamento e Operações, tem 1097 horas e inclui as seguintes áreas científicas de ensino: Estratégia, Operações, Administração, dissertação, visitas e outras actividades. Os alunos militares, após aprovação no Curso (que na prática inclui 186 tempos escolares do plano de estudos da pós-graduação conducente ao Mestrado) podem elaborar uma dissertação de Mestrado em “Estudos da Paz e da Guerra nas novas Relações Internacionais”, pois têm equivalência da parte curricular por parte da Universidade Autónoma de Lisboa.

- No Curso de Promoção a Oficial Superior (CPOG) existem poucas horas dedicadas a estas temáticas, desenvolvendo-se sobretudo o Estado, as Teorias de Relações Internacionais e as Organizações Internacionais no caso da Marinha e um pouco mais no caso do Exército. A Força Aérea praticamente não inclui estas temáticas no âmbito deste curso.

2) Como evoluiu a relação deste domínio científico com outras disciplinas?

No caso da AM, o Direito Castrense deixou de fazer parte dos programas e foi introduzido o “Direito Internacional e dos Conflitos Armados” (3 horas por semana e 5 ECTS para o 3º ano Exército Armas e 4º ano GNR Armas) no Departamento de Ciências Sociais e Humanas, onde ainda foram incluídas as “Noções Fundamentais de Ciência Política e Direito Constitucional” (4 horas, 5 ECTS Exército Armas 2º ano) e a “Ciência Política e Direito Constitucional I e II” (3 horas por semana e 5 ECTS cada para GNR Armas e GNR Administração – 3º ano).

A cadeira de Relações Internacionais manteve-se no Departamento de Ciências e Tecnologias Militares, a par das cadeiras de História Militar, Geografia Militar, Teoria Geral da Estratégia, e Ética e Liderança, dada a sua relação directa com a formação técnico-militar dos futuros oficiais do Exército e da GNR.

O peso das RI é agora maior em termos relativos (sobretudo na AM, AFA e IESM e com menos peso na EN), em directa relação com o crescente desempenho dos Oficiais em missões de apoio à Paz (e mais conjuntas e combinadas) pelos quatro cantos do Mundo. Os professores, que inicialmente tinham formação na área da Estratégia (ISCSP), já dispõem na sua maioria de formação específica em RI.

3) Como se processou e evoluiu o estabelecimento de redes internacionais neste domínio científico? Quais os principais países e instituições envolvidas? Que projectos de I&D merecem destaque particular?

As redes internacionais têm sido exploradas pelos próprios professores e investigadores, em número bastante reduzido (2 na AM, 1 na AFA e 1 na EN), e em função dos seus trabalhos de investigação. É o caso do Major Alexandre Carriço, mestre e doutorando em RI, Regente na AM (tem como adjunto o Capitão Ferreira da Silva, mestre e doutorando em Relações Internacionais), que tem ligações privilegiadas à American Academy of Political Science e ao Observatório da China (esteve ligado à FCT através da UAL, da Fundação Mário Soares e do Instituto do Oriente e é investigador convidado do College of Defense Studies da Universidade de Defesa Nacional dos Exército Popular de Libertação de Pequim). Foi o meu caso com projectos de I&D no âmbito do recentemente criado Centro de Investigação da AM (CINAMIL - de cariz multidisciplinar e com apoio do EME e do MDN), e das ligações à ISA (participei em 2001 no congresso de Hong Kong) e à CRI/SGL.

Os projectos de I&D não merecem destaque particular, porque estão directamente relacionados com a formação dos poucos docentes militares e com os interesses do Exército, não havendo financiamentos através da FCT.

Actualmente, e no âmbito do Erasmus Militar, as três Academias estão empenhadas na realização de um Curso de PESD, a incluir nos currículos como formação complementar no suplemento ao diploma, a saber:

- No âmbito da Política Europeia de Segurança e Defesa, a Presidência Francesa do Conselho da União Europeia, lançou a “iniciativa europeia para o intercâmbio de jovens oficiais” inspirada no Programa Erasmus. Representantes dos 27 Estados Membros reunidos no Conselho de 17/18 Set08 apoiaram, por unanimidade, a proposta francesa. Foi apresentada e aprovada uma declaração de intenções conjunta a 10Nov08, tendo lançado oficialmente a iniciativa através da declaração dos Ministros da Defesa dos Estados Membros. Decorreu então em Paris, a 13/14Nov08, um seminário sobre o tema, tendo sido criado um grupo de implementação apoiado no Colégio Europeu de Segurança e Defesa. A 19Fev09 teve lugar em Bruxelas a 1ª reunião do Grupo de Implementação. Entre as várias actividades, destaca-se a criação de um módulo PESD a incluir nos actuais currículos do ensino superior militar, a criação de condições para aplicação de sistema de equivalências e o ensino de uma segunda língua estrangeira. Entretanto, a presidência Checa clarificou os objectivos do Erasmus Militar e promoveu um seminário sobre o tema, que entre outras acções levaria à formação de formadores em PESD, no CESD em Bruxelas (início de Junho).
- Portugal apoiou esta iniciativa desde o seu início, mantendo a coordenação ao nível do MDN/DGPRM com o apoio dos vários EESPUM (EN, AM, AFA e IESM) e do IDN. Recentemente, Portugal disponibilizou-se para ministrar um módulo de PESD para Setembro de 2009 (uma semana e 1,5 ECTS), com a participação de dois alunos de cada um dos 27 países membros, o que levará alguns destacados peritos (portugueses e estrangeiros) destas matérias aos EESPUM.

- O IDN (que não faz parte do ESPUM) também apoia esta iniciativa e continuará a ter o seu delegado no Colégio Europeu de Segurança e Defesa, organizando e criando cursos nacionais e internacionais de “Cooperação Internacional em Desenvolvimento e Segurança e Gestão de Crises”, entre outras iniciativas.

4) Quais foram as temáticas centrais estudadas no passado? Que temas captam presentemente a atenção dos investigadores? Que temas ou áreas de especialização deverão merecer investimento de tempo e recursos no futuro próximo?

As temáticas centrais mais estudadas no passado (tendo em atenção as limitações da maioria dos alunos oriundos em geral das áreas das ciências exactas) diziam respeito à compreensão do Sistema Político Internacional, para uma melhor análise das relações entre os diferentes actores das Relações Internacionais, desde o Estado (com especial acuidade para Portugal), às OI, às PCNE e à Pessoa Singular. Entre as diferentes Organizações Internacionais, o destaque foi então para a NATO, a UEO e a ONU, pelas necessárias ligações à carreira do Oficial das Forças Armadas/GNR.

As áreas que ultimamente têm merecido mais atenção dizem respeito à PESP/União Europeia, à diplomacia preventiva, à gestão de crises, à mediação de conflitos e à relação entre Segurança e Desenvolvimento, sem esquecer as lições aprendidas, normalmente transmitidas por actores portugueses, militares e civis. O Estudo das potências emergentes, como a China e a Índia, tem tido especial acuidade, sobretudo no âmbito de estudos de casos, assim como as fontes de insegurança internacional (demografia, recursos naturais, ambiente, terrorismo, crime organizado, proliferação de ADM).

5) Que estratégias institucionais deverão ser convocadas com o objectivo de sustentar a recente consolidação e crescimento da comunidade das RI em Portugal? (periódicos, eventos, internacionalização dos académicos...)

Para consolidar o crescimento da comunidade das RI (dos EESPUM) em Portugal seria importante que:

- A SRI/APCP abra as suas “portas” aos jovens professores e investigadores dos diferentes estabelecimentos de ensino superior militar;
- Houvesse uma maior ligação institucional entre a SRI/APCP e os EESPUM, nomeadamente no que concerne ao aconselhamento das diferentes actividades relacionadas mais directamente com as RI, como seminários e colóquios (ou módulo PESP no âmbito do Erasmus Militar), nacionais e estrangeiros...
- A SRI/APCP pudesse utilizar com maior frequência a experiência dos militares nos diferentes teatros de operações, em eventos de natureza tão diversificada como seminários e mesas redondas.

No caso do Oficial das Forças Armadas e da GNR, cada vez mais um construtor da Paz pelos quatro cantos do Mundo do que um fazedor da Guerra no espaço territorial do seu País, torna-se imperioso o reforço do peso das Ciências Sociais e Humanas e em particular das RI nos respectivos currículos. O caminho que terá ainda de ser feito a partir das percepções, das lições aprendidas e das avaliações internas e externas, será longo até às tão necessárias alterações curriculares, mas temos esperança que se vai cumprir sem prejuízo da formação militar e técnico-científica dos futuros oficiais e da especificidade do ensino superior militar.

[1] Coronel do Exército, Assessor de Estudos e Director de Edições no IDN.

[2] Apesar do artº 13 do DL 37/2008 referir que só o IESM “pode associar-se com universidades públicas nacionais para a realização de ciclos de estudos conducentes ao grau de doutor nos termos do artigo 41º do DL 74/2006, de 24 de Março.”

19 TEXTOS RELACIONADOS:

2011/05/20

CONTEÚDOS DE E-LEARNING DA NATO/PFP USADOS NO ENSINO UNIVERSITÁRIO EM PORTUGAL

Manuel Borges Gonçalves[1]

2008/03/10

UM OÁSIS NO “DESERTO” PORTUGUÊS: O COLÉGIO MILITAR

João Brandão Ferreira

2007/05/28

AS FORÇAS ARMADAS E OS “RECURSOS”. OS RECURSOS HUMANOS E A FORMAÇÃO” (IV)

João Pires Neves[1]

2007/03/20

MULHERES NA INFANTARIA

João Brandão Ferreira

2007/02/21

REPÓRTERES DE GUERRA. FORMAÇÃO[1]

Paulo Sales Grade

2006/09/21

BOLONHA, O ENSINO SUPERIOR MILITAR E A QUALIDADE

Casimiro Pacheco Talhinhos

2006/09/14

QUESTÕES QUE SE PÕEM AO ENSINO SUPERIOR MILITAR

João Brandão Ferreira

2006/07/07

O COLÉGIO MILITAR PARA ALUNOS EXTERNOS?

João Brandão Ferreira

2006/05/25

FORMACION Y TRANSFORMACION MILITAR

Miguel Fernández y Fernández[1]

2006/01/04

A REESTRUTURAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR MILITAR; O PROCESSO DE BOLONHA E A UNIVERSIDADE DAS FORÇAS ARMADAS

João Brandão Ferreira

2005/09/24

A CRIAÇÃO DO “INSTITUTO DE ESTUDOS SUPERIORES MILITARES”

João Vieira Borges

2005/06/29

CONSIDERAÇÕES SOBRE A CRIAÇÃO DO IAEFFAA

Eduardo Silvestre dos Santos

2005/05/14

FINALMENTE A REFORMA DO ESM EM PORTUGAL

João Vieira Borges

2005/03/23

A UNIVERSIDADE DE DEFESA NACIONAL DOS EUA

João Vieira Borges

2004/12/14

PROCESSO DE BOLONHA: PENSAR HOJE UM FUTURO MELHOR

João Vieira Borges

2004/01/30

O ENSINO SUPERIOR MILITAR UNIVERSITÁRIO NOS EUA – O CASO DE WEST POINT

João Vieira Borges

2004/01/29

O ENSINO SUPERIOR MILITAR UNIVERSITÁRIO EM FRANÇA: O EXEMPLO DE SAINT-CYR

João Vieira Borges

2003/12/06

A ESPECIFICIDADE MILITAR NOS ESTABELECIMENTOS MILITARES DE ENSINO UNIVERSITÁRIO

João Vieira Borges

2003/06/12

O CENTRO DE INVESTIGAÇÃO DA ACADEMIA MILITAR (CINAMIL)

